

# Decisão sobre veto à política salarial sai ainda hoje

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney decide-se hoje a respeito dos vetos à política salarial e ao salário-mínimo — para isso, reúne-se no Palácio da Alvorada com os Ministros da área econômica e com os líderes do Governo no Congresso. Se o Presidente acatar a orientação dos técnicos da área econômica do Governo, os dois projetos serão vetados — mas a essência da política salarial aprovada pelo Congresso Nacional será mantida, o que garante a concessão de reajustes diferenciados por faixa salarial, além do gatilho estipulado em 5%.

O veto ao salário-mínimo não vai alterar seu valor nominal para os trabalhadores da ativa, mas prejudicará os aposentados, pois a pretensão do Governo é desdobrar os NCZ\$ 120,00 em duas parcelas: NCZ\$ 90,00 como salário e NCZ\$ 30,00 como abono. Os aposentados e pensionistas não terão direito a esse abono e por isso só receberão, em junho, um reajuste de apenas NCZ\$ 8,60.

Com relação à política salarial, a proposta dos técnicos inclui vetos para quatro artigos do projeto aprovado no Congresso Nacional, mas mantém o reajuste mensal para quem ganha até três salários-mínimos e o trimestral para as faixas que vão de três a 20 salários-mínimos, com livre negociação entre as empresas e os empregados, no caso das demais faixas salariais. Os vetos atingem os artigos quarto, quinto, sétimo e oitavo do projeto, corrigindo distorções técnicas identificadas na proposta do Congresso Nacional.

Para corrigir estas distorções, por exemplo, é preciso especificar a partir de quando as antecipações salariais podem ser descontadas — a data será 15 de janeiro. É preciso dizer também que os trabalhadores com data-base a partir de fevereiro estão impedidos de receber em dobro a reposição da inflação registrada após a decretação do Plano Cruzado Novo.